

Editorial Edição Especial**TERRITORIALIDADES AMAZÔNICAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E GEOGRAFIA AGRÁRIA EM QUESTÃO**

Ricardo Gilson da Costa Silva¹, Viviane Vidal da Silva², Thiago Oliveira Neto³

¹ Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/UNIR/CNPq, Porto Velho, Brasil. E-mail: rgilson@unir.br

 <https://orcid.org/0000-0002-3348-9629>

² Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Humaitá, Amazonas. Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA. E-mail: vivianevidal@ufam.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0887-7523>

³ Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Manaus, Amazonas. E-mail: thiagoton91@live.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2877-3606>

Desde a segunda metade do século XX, a Amazônia se tornou região objeto de grandes intervenções governamentais, sendo espaço geopolítico privilegiado do Estado brasileiro. Um conjunto de políticas públicas territoriais foram implementadas com significativas transformações estruturais e impactos acintosos, tanto na sociedade quanto na natureza e na dinâmica regional.

Olhares difusos se apresentaram à região para compreender as metamorfoses sociais que a atingira em sua sociobiodiversidade, territorialidades, cultura e economia. Os processos modeladores da região ainda podem ser localizados no mundo agrário, seja nas economias neoextrativas globalizadas (soja, pecuária e minério), quanto nas invasões de terras públicas, muitas delas “esquentadas” nas tecnologias administrativas do Cadastro Ambiental Rural - CAR, ou na agrobandidagem – forças políticas do agronegócio – que agem com violência para impor a desterritorialização dos povos amazônicos, da natureza protegida (Unidades de Conservação) e dos direitos humanos e territoriais das comunidades tradicionais e povos indígenas.

Como parte da sociedade e das instituições preocupadas em compreender, analisar e refletir sobre as questões atinentes às dinâmicas territoriais que modificam lugares e territórios amazônicos, é dever das universidades reunir e oportunizar ao público o debate concernente aos processos elementares que modelam a região amazônica, apresentando problemas históricos, seja decorrente do processo de colonização agrícola e da mercantilização da natureza, seja a análise de temas emergentes que impõem ao Estado e suas agências ações modernas para enfrentar as problemáticas socioeconômicas que tende a fragilizar as políticas públicas, questionar a papel do Estado e limitar os direitos sociais, ambientais e territoriais.

Nessa perspectiva, a Universidade Federal de Rondônia — UNIR realizou, no período de 02 a 04 agosto 2024, o **Simpósio Territorialidades Amazônicas: Educação,**

Direitos Humanos e Geografia Agrária em Questão. O evento reuniu a comunidade acadêmica, profissionais da educação, pesquisadores, pesquisadoras, lideranças e ativistas de organizações sociais para analisar as dinâmicas territoriais que reconfiguram a Amazônia, os desafios dos direitos humanos e da educação pública como processo sociocultural necessário à compreensão das transformações contemporâneas na região.

O evento foi organizado pelo Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/UNIR (<https://gtga.unir.br/homepage>), e contou com a participação de 240 professores, pesquisadores e estudantes da UNIR; Centro Universitário Alfredo Nasser – UNIFAN, Goiânia; Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói; Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia de Rondônia – IFRO, Vilhena, Colorado do Oeste, Cacoal, Porto Velho; MST/Via Campesina, Rolim de Moura; Universidade Federal do Acre – UFAC, Rio Branco; Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Humaitá/Manaus; Universidade de São Paulo – USP; Universidade Estadual de Goiás UEG – Goiás; Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Ipixuna, Tefé e Manaus; Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Secretaria Municipal de Educação de Manaus – SEMED; Secretaria de Estado da Educação de Rondônia – SEDUC/RO; e Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso – SEDUC/MT.

Como produtos acadêmicos, dentre os debates nas mesas de diálogos e apresentação em grupos de trabalhos, foram lançados três livros, intitulados: “Territorialidades e Educação Geográfica na Amazônia”, com capítulos da equipe de mestrado e doutorado do GTGA; e dois livros (português e inglês), com os textos apresentados no simpósio: “Territorialidades Amazônicas: caderno de pesquisas” e “Amazonian Territorialities: scientific research abstracts”. Todos publicados pela *Edições Amazônicas*, linha editorial do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGG, em colaboração com a Temática Editora (Porto Velho).

Esta edição especial completa o quarto produto do evento, no qual foram analisados/aprovados os dez artigos que compõem o presente volume. A edição inicia com o artigo “Cadastro Ambiental Rural no sul do Amazonas: uma política de conservação ou a expansão da fronteira agrícola?”, dos autores Rakcelainy Mendonça Beleza, Aline Lessa de Souza, Daniel Alves de Araújo Filho, Viviane Vidal da Silva e Matheus Lucas Maciel Leal, que analisam como o CAR, que foi pensado como uma política de gestão e controle do desmatamento, mas que está possibilitando a apropriação e degradação da natureza a partir de sobreposição de propriedade rurais declaradas em Áreas Protegidas.

Ainda na questão ambiental, em sequência, temos o artigo “Dinâmica espacial e temporal do uso e cobertura da terra em comunidades quilombolas do cerrado goiano”, assinados pelos pesquisadores Vanessa Araújo Jorge, Nilson Clementino Ferreira e Kleber do Espírito-Santo Filho. O objetivo do texto foi demonstrar que no âmbito das 27 comunidades quilombolas e o território quilombola Kalunga, a preservação ambiental constitui verdadeira estratégia de conservação do cerrado frente ao desmatamento e impactos socioambientais da agropecuária. O artigo corrobora com a tese de que nos territórios tradicionais a natureza não é vista como

uma “estranha”, sendo indissociável da vida coletiva das comunidades tradicionais, a exemplo dos quilombolas de Goiás.

Nas temáticas *Questão agrária e formação territorial* se somam quatro artigos. O pesquisador Alysso Fernando Alves Ribeiro, com o texto “Terra sangrada: massacres dos povos do campo, das águas e das florestas na Pan-Amazônia”, apresenta interessante reflexão atinente a violência contra as lideranças sociais no âmbito da reprodução do capital, que vem correndo especialmente no Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Registra que parte desses crimes somente são evidenciados, no plano social e da coletividade, em função do papel que a CPT cumpre na memória das lutas por terra e território exercida pelas comunidades camponesas, povos originários e comunidades tradicionais na região.

Em sequência, os professores Silvio Simione da Silva, João Maciel de Araújo e Rita Clara Vieira da Silva contribuem com o artigo “Novas territorializações da fronteira econômica Amazônica: o eixo da transamazônica de Lábrea a Apuí – o agronegócio, conflitos e impactos ambientais”. Trata-se do estudo sobre as novas feições territoriais da fronteira econômica da Amazônia Sul-ocidental, tendo como base a questão da expansão do agronegócio e seus impactos sobre outras formas de produção existentes, tal como sobre a floresta. Segundo os autores, a análise aponta para o processo de reterritorialização do capitalismo agrário, que se desloca do Mato Grosso em busca de novas terras.

O terceiro texto da temática questão agrária e formação territorial corresponde a proposição dos autores Elias Pedroso da Silva e Carlos Estevão Ferreira Castelo sobre a “Formação espacial e territorial do município de Acrelândia”. Os pesquisadores a partir dos conceitos de espaço e território analisam, a partir do Projeto de Assentamento Redenção, os processos sociopolíticos que desencadearam a formação do município de Acrelândia. Concluem que Acrelândia foi o único município do estado do Acre que se formou a partir de um assentamento rural, contribuindo com a geografia histórica do Acre.

Encerra este bloco o artigo “Violência direcionada: cercamentos e expropriações sobre o território camponês Margarida Alves, em Rondônia, Amazônia”, de autoria de Lucas Ramos de Matos. O autor analisa a situação agrária e socioambiental da reserva em bloco do Assentamento Margarida Alves, onde os recursos naturais são objeto de expropriação do capital agropecuária, que usa as agromilícias para violar os direitos sociais e territoriais do campesinato.

No âmbito dos estudos da agricultura familiar, três artigos compõem a temática concernente ao estado de Rondônia. O primeiro, de autoria dos professores Wesley Henrique Garcia e Silva e Ricardo Gilson da Costa Silva, intitulado “A agricultura familiar como protagonista na produção de alimentos em Rondônia”, demonstra como a AF contribui expressivamente na produção de alimentos, como frutas, café, queijo, mandioca e farinha de mandioca, leite, dentre outros. Revela uma produção diversificada e plural da AF, mesmo diante dos desafios enfrentados no campo rondoniense em função da expansão do agronegócio.

Na sequência, o professor Tiago Roberto Silva Santos traz o texto “Agricultura familiar em Rondônia: produção e circulação”. A partir da teoria dos circuitos espaciais de produção de Milton Santos, o autor analisa a formação socioespacial de Rondônia, cuja herança é o predomínio da agricultura familiar como presença relevante e importante agente produtor do espaço regional. Como resultado, apesar da formação de uma contínua *psicosfera* do agronegócio em Rondônia, a agricultura familiar se destaca como enorme produtora de alimentos que fomenta a formação de circuitos espaciais de produção e valorização regional.

Fechando a temática sobre agricultura familiar, tem-se o artigo “A estrangeira. Percorrendo a memória da mulher migrante: uma jornada em direção ao Assentamento Madre Cristina em Ariquemes/RO”, dos autores Jéssica Ferreira Costa e Ricardo Gilson da Costa Silva. O artigo examina a jornada de migração socioespacial de uma mulher camponesa que reside no Assentamento Madre Cristina, em Ariquemes. Aborda os aspectos fundamentais relacionados à formação de sua família, seu histórico de luta pela terra e participação nos movimentos sociais, contextualizando a trajetória de migrante e assentada na questão agrária na Amazônia.

Encerra-se esta edição especial com o artigo “A Amazônia no contexto da geografia escolar, uma discussão necessária a partir da percepção discente”, de autoria da professora Renata Maria da Silva. A educadora se propõe a analisar como os estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública, localizada no norte do estado de Mato Grosso, percebem a Amazônia no contexto da Geografia Escolar. Um dos achados da pesquisa revelou que a maioria dos participantes identifica a Amazônia como uma “floresta”, habitada apenas por “índios e animais”, cuja manutenção é muito importante para a produção de oxigênio. Sobre a localização, muitos discentes responderam que a Amazônia fica no estado do Amazonas, portanto, não se identificam como amazônida. Essa questão torna-se “preocupante”, pois, os alunos desconhecem a temática proposta, de modo a ocorrer uma negativa voluntária ou involuntária da Amazônia em suas vidas, fato que pode colaborar para o descaso, desconsideração e desinteresse da sociedade no tocante à realidade socioambiental da maior floresta tropical do planeta.

Esperamos que o conjunto dos textos possa contribuir com o conhecimento da Amazônia em suas múltiplas territorialidades. Que o “Simpósio Territorialidades Amazônicas” igualmente seja um evento agregador, preenchido com temáticas que nos ajudem a compreender a complexidade da Amazônia, região em que muitos nasceram, escolheram, sendo acolhidos para viver. À realização do evento, agradecemos o inestimável apoio da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERÓ.

Boa leitura!



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra
licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0